



***Frame Dependence* e Premissa da Continuidade Operacional: Seriam os Preparadores da Informação Contábil Dependentes da Forma?**

Resumo

Este artigo teve por objetivo analisar a influência do viés da dependência da forma sobre o julgamento dos preparadores da informação contábil sob a perspectiva da premissa da continuidade operacional. Como método, foi aplicado um questionário com profissionais da área de Contabilidade Financeira e a pesquisa foi conduzida por meio de um quase-experimento, onde foram empregadas as técnicas de regressão logística multivariada e de testes de diferença entre grupos. Como resultados, foi possível verificar que as variáveis idade e a formação acadêmica se mostraram negativamente relacionadas ao viés da dependência da forma. Diante disso, esta pesquisa contribui com evidências de que há uma maior propensão de menor incorrência do viés da dependência da forma por parte de elaboradores com maior idade e formação acadêmica, indicando que estes indivíduos reúnem um conjunto de atributos particulares de conhecimento das normas, hábitos e características pessoais que contribuem para uma maior capacidade de calibração de seus julgamentos acerca dos eventos econômicos para a elaboração das informações contábeis.

Palavras-chave: Dependência da Forma, Continuidade Operacional, Incerteza.

Linha Temática: Contabilidade Financeira



1 Introdução

A continuidade operacional é uma das premissas que norteiam a elaboração do relatório financeiro, na qual os preparadores da informação contábil devem se basear para exercer os seus julgamentos, com a finalidade de fornecer informações úteis capazes de reduzir incertezas futuras. No entanto, há evidências de que fatores comportamentais influenciam nos julgamentos dos preparadores da informação contábil (Thaler, 2016), levando-os a desconsiderar parâmetros e probabilidades relevantes na representação de eventos econômicos e o consequente fornecimento de informações com menor grau de utilidade para a avaliação da continuidade das entidades.

A compreensão de como os fatores comportamentais influenciam no julgamento dos preparadores da informação contábil tem sido objeto de investigações acadêmicas (Souza, Niyama & Silva, 2020). Em particular, o debate tem se voltado para a compreensão de desvios de racionalidade nos julgamentos dos preparadores. Tais desvios são denominados de vieses comportamentais, os quais consistem em erros sistemáticos no processo de tomada de decisão (Tversky & Kahneman, 1974).

Dentre os vieses documentados na literatura, o foco deste trabalho recai no estudo da influência do viés da dependência da forma (*frame dependence*) sobre o julgamento dos preparadores da informação contábil. Esse viés se destaca por evidenciar inconsistências e incoerências nos julgamentos dos preparadores, a depender da forma com que esse cenário lhes é apresentado (Tversky & Kahneman, 1981), o que leva a diferentes percepções e julgamentos de um mesmo prospecto. Com base nesse conceito, o argumento para o desenvolvimento desse trabalho é que o julgamento do preparador da informação, quando influenciado pelo viés da dependência da forma, resultaria na elaboração de informações com maior grau de incerteza, prejudicando a avaliação atual e futura da continuidade operacional.

A consideração da dependência da forma no julgamento dos preparadores contribui para um maior entendimento dos possíveis efeitos que os aspectos comportamentais podem vir a ter no processo de elaboração da informação contábil. Dessa maneira, este trabalho teve por objetivo analisar a influência do viés da dependência da forma sobre o julgamento dos preparadores da informação contábil sob a perspectiva da continuidade operacional, buscando contribuir com o fornecimento de evidências empíricas capazes de fomentar o debate acadêmico sobre a utilidade da informação contábil, avançando na compreensão sobre como e em qual magnitude os aspectos e características comportamentais dos elaboradores podem vir a influenciar em seu processo de julgamento. Esse viés, segundo Tversky e Kahneman (1981) se manifesta nos *frames* (molduras cognitivas) de decisão, que são suscetíveis em parte à formulação do problema e em parte pelas normas, hábitos e características pessoais do tomador de decisão (Tversky & Kahneman, 1981).

O entendimento dessa influência também seria relevante na consideração e formulação de políticas de investimento e financiamento, uma vez que a utilidade da informação contábil constitui um parâmetro determinante na projeção de fluxos de caixa futuros e na estimação do custo de capital das entidades. Ademais, considerar os efeitos comportamentais como intrínsecos ao processo de elaboração de informações, também é relevante para a revisão e edição das normas internacionais, dado o grau de subjetividade que exigido dos preparadores na interpretação dos eventos econômicos e em sua representação de modo a maximizar a utilidade da informação.

Após esta introdução, na sequência é apresentado o referencial teórico e, na terceira seção, é descrita a metodologia. Na quarta, são apresentados e discutidos os resultados e, por fim, as conclusões.



2 Referencial Teórico

2.1 Premissa da continuidade operacional e a teoria da utilidade esperada

A Contabilidade auxilia a gestão organizacional fornecendo subsídio informacional ao processo decisório de seus usuários por meio de relatórios e demonstrativos contábeis. Os referidos relatórios são uma das principais fontes de informações úteis que contribuem para a otimização do processo decisório pelos agentes econômicos ao possibilitar a avaliação, mensuração, análise e comparação dos possíveis cenários e suas previsões (Carruthers & Espeland, 1991).

Para que a Contabilidade cumpra esse objetivo, ela deve fornecer um conjunto de informações relevantes preparadas de modo que o patrimônio e suas alterações sejam refletidos de forma fidedigna, atualizada e precisa, possibilitando previsões e confirmações. Assim, os preparadores da informação devem aplicar objetivamente as técnicas e métodos contábeis para produzir as informações que melhor representem os eventos econômicos que causam alterações no patrimônio de uma entidade.

De forma mais objetiva, a elaboração das demonstrações contábeis é permeada pela premissa da continuidade operacional. O conceito da continuidade na Contabilidade reforça a ideia de um estado contínuo das atividades da entidade, vinculada à indefinição do período de tempo (Sterling, 1968). Nisto está implícita a ausência de evidência de interrupção das operações ou outra situação que signifique descontinuidade e que implique em mudança no critério de mensuração dos elementos contábeis para atender a essa outra realidade (Sterling, 1968; Campos, 2011).

Desse modo, esse estado contínuo das atividades das entidades é um fato que requer explicação clara e precisa por parte da Contabilidade (Campos, 2011). Ao se considerar o parâmetro de incerteza, as informações elaboradas de acordo com a premissa da continuidade operacional seguem uma lógica de uma maior previsibilidade da manutenção das atividades da entidade e da sua consequente geração de fluxos de caixa.

Portanto, a continuidade pode ser compreendida como o resultado de eventos econômicos presentes e passados, bem como representa um certo grau de abstração sobre a situação patrimonial de uma determinada entidade, que orienta para uma previsibilidade das operações em um ambiente de incerteza (Yu, 1971). Logo, a continuidade é entendida como uma premissa de caráter preditivo, mas não comprobatório da garantia de manutenção das operações de uma determinada entidade para um período de tempo futuro indeterminado.

Para Bonner (1999), os julgamentos realizados pelos diversos usuários da informação tendem a tomar a forma de previsões sobre o futuro ou de avaliação sobre o estado atual do patrimônio. Entretanto, as informações reportadas no conjunto de demonstrações contábeis devem ser interpretadas pelos seus usuários pela ótica da utilidade, dado que sua estimativa é realizada com base em parâmetros de eventos futuros incertos, cujo uso contribui para uma compreensão clara e ampla dos fatores direcionadores da continuidade operacional.

Diante do contexto apresentado, a premissa da continuidade pode ser enxergada pela ótica do pensamento econômico neoclássico, o qual toma por base a teoria da utilidade esperada, tendo dentre seus pilares a maximização de utilidade em ambientes de incerteza, baseada na hipótese que o agente econômico racional é aquele capaz de escolher a melhor alternativa dentre as disponíveis.

Um processo racional de decisão vai desde a definição adequada do problema, passando pela identificação de quais seriam os critérios e pesos dessa decisão até alcançar o momento em que de fato seja gerado uma alternativa em relação a cada critério. Portanto, se assume como necessário que as informações utilizadas contribuam para estimar a utilidade de cada alternativa possível,



bem como o melhor curso de ação para a organização por meio da mensuração e análise dos custos e benefícios das alternativas à disposição. Desse modo, o preparador da informação contábil irá optar sempre pela alternativa que fornece a maior utilidade esperada, implicando dizer que os preparadores devem pautar seu processo de decisão em parâmetros objetivos e probabilidades conhecidas, para alcançar a alternativa maximizadora de utilidade.

Os processos de tomada de decisão para a elaboração das demonstrações contábeis devem ser munidos de dados e parâmetros que resultem em informações úteis capazes de reduzir as incertezas e auxiliar em prospecções voltadas para a estimação de benefícios econômicos futuros, contribuindo para uma maior previsibilidade da geração de fluxos de caixa, aumentando assim a compreensão da continuidade de uma determinada entidade. Dessa forma, é importante compreender o julgamento dos preparadores das demonstrações contábeis, pois é este que estabelece a confiabilidade inicial das informações contábeis que serão utilizadas posteriormente pelos usuários (Clor- Proell & Maines, 2014).

Tomando por base o pensamento econômico neoclássico, é plausível conceber que os agentes econômicos possuem a capacidade empírica de criar modelos econômicos eficientes e moldáveis em razão das circunstâncias (Yoshinaga, 2008), e, consequentemente com base na racionalidade, o mesmo se aplica com os preparadores das informações contábeis.

Porém, a premissa da racionalidade econômica não é capaz de explicar os vieses observados em função da incapacidade de se atingir a maximização da utilidade das informações devido à racionalidade limitada dos agentes econômicos (Simon, 1957), deixando uma lacuna para o estudo de teorias que contemplam a decisão humana sob outra perspectiva.

Portanto, ao lidar com julgamentos baseados em incerteza, o elaborador da informação contábil pode apresentar diversas interpretações distintas, em face da racionalidade limitada dos agentes. Desse modo, é possível que as demonstrações contábeis fornecidas tenham sua utilidade e demais características qualitativas influenciadas por erros sistemáticos de julgamento, os quais seriam derivados de simplificações no processo de julgamento para a elaboração da informação (Souza et al., 2020), o que pode afetar a compreensão dos usuários sobre a continuidade operacional de uma determinada entidade.

2.2 O viés da dependência da forma na interpretação da continuidade operacional

As decisões em ambiente de incerteza são objeto de estudo do corpo teórico da economia comportamental, a qual busca explicar os desvios de racionalidade por parte dos agentes econômicos. Dessa forma, esta abordagem auxilia na identificação de como as emoções e as características pessoais podem influenciar o processo de tomada de decisão e como esses padrões de comportamento podem resultar em desvios de racionalidade (Milanez, 2003).

Essa abordagem vai de encontro aos axiomas da utilidade esperada, pondo em evidência os desvios de comportamento baseados na falta de conhecimento pleno sobre as decisões que seriam tomadas em funções de simplificações mentais. Tais simplificações ocorrem quando os indivíduos, diante de cenários complexos de incerteza, pautam seus julgamentos em atalhos cognitivos para facilitar e agilizar a tomada de decisão (Kahneman & Tversky, 1974).

Esse processo é definido por Kahneman e Tversky (1974) como heurísticas cognitivas. As heurísticas podem ser consideradas como produto da negligência do agente econômico em relação a parâmetros e probabilidades relevantes de um determinado cenário de decisão. Desse modo, em condições de incerteza, as heurísticas por vezes produzem julgamentos razoáveis, porém, também, podem levar a julgamentos enviesados (Kahneman & Tversky, 1974).



Como resultado das heurísticas em processos decisórios, é possível que os agentes econômicos incorram em diversos comportamentos anômalos à racionalidade, denominados de vieses comportamentais (Kahneman & Tversky, 1974). Os vieses são anomalias cognitivas inconscientes que levam a desvios de racionalidade e que resultam em julgamentos pouco precisos e interpretações ilógicas, baseadas em parâmetros divergentes das probabilidades reais.

Dentre os vieses documentados na literatura, a dependência da forma (*frame dependence*) descreve os diferentes comportamentos que um indivíduo pode ter em relação aos prospectos de uma decisão, dependendo da forma com que o cenário de decisão é apresentado (Tversky & Kahneman, 1981). Assim, quando um cenário de decisão é apresentado em situações distintas de ganho e perda, envolvendo o mesmo prospecto, há uma tendência de desconsideração de parâmetros relevantes do cenário em questão, o que modifica o julgamento dos indivíduos.

O viés da dependência da forma descreve como os indivíduos, na maior parte das vezes, não entendem de forma clara o cenário de decisão, criando, assim, em suas mentes molduras cognitivas (*frames*). Portanto, a dependência da forma demonstra que é possível modificar um julgamento sobre uma determinada decisão em função de alterações no formato de apresentação do cenário de decisão, e que os indivíduos tendem a adotar a estruturação das informações na forma como lhes é apresentada e passam a avaliar suas opções baseadas nessa estruturação, dando importância a forma do problema em detrimento da informação primordial que aquele problema possui (Shafir, Diamond & Tversky, 1997).

Nesse contexto, nas situações em que o julgamento do preparador da informação contábil é permeado pela dependência da forma, pode haver a desconsideração de dados e parâmetros relevantes para o fornecimento de informações úteis e para a correta avaliação dos prospectos de um determinado evento econômico. Por consequência, as informações contábeis produzidas a partir do viés supramencionado podem ter sua utilidade prejudicada no que tange à sua capacidade de reduzir incertezas e de auxiliar na estimação de benefícios econômicos e de geração de fluxos de caixa futuros, distorcendo possíveis análises quanto ao estado atual do patrimônio e quanto a continuidade operacional de determinada entidade.

No âmbito do julgamento exercido pelo elaborador da informação contábil, é possível assumir a ocorrência de simplificações mentais que resultem no viés da dependência da forma, influenciando os processos de reconhecimento, mensuração e divulgação devido às incertezas intrínsecas a estes processos. Dentre as simplificações mentais que podem causar o viés em questão, de forma isolada ou conjunta, destacam-se a aversão à perda, a aversão ao arrependimento, a ilusão monetária e a contabilidade mental. A seguir, as simplificações mentais supramencionadas são apresentadas, conceituadas e relacionadas com a ocorrência do viés da dependência da forma.

2.2.1 Aversão à perda

A simplificação mental da aversão à perda é derivada da desconsideração de parâmetros relevantes e das probabilidades envolvidas em um cenário de decisão. Nessas circunstâncias, Kahneman e Tversky (1981) asseveram que os indivíduos seriam mais propensos ao risco, na tentativa de evitar prejuízos, por apresentarem uma assimetria na intensidade do sentimento de perda em relação ao sentimento de ganho. Desse modo, é possível que os indivíduos alterem os seus julgamentos em relação a um cenário com um determinado prospecto, a depender da forma com que esse cenário é apresentado. Se um cenário de ganho certo, avesso ao risco; e, se um cenário de perda, propenso ao risco.



2.2.2 Aversão ao arrependimento

Como forma de resistir à realização de uma perda, a aversão ao arrependimento reforça a ideia de que a propensão ao risco é derivada da assimetria nos sentimentos na hipótese da confirmação de ganhos ou perdas (Macedo Júnior, 2003). Nesse sentido, um indivíduo que geralmente é avesso ao arrependimento busca evitar os sentimentos de culpa e responsabilidade em suas decisões econômicas, desconsiderando assim probabilidades relacionadas de um cenário, simplificando seu processo decisório por meio de sua exposição ao risco em cenários de ganho e perda a depender da forma (*frame*) pela qual o cenário lhe é apresentado.

2.2.3 Ilusão Monetária

Os indivíduos em geral possuem tendência a confundir o valor real e nominal dos prospectos de um eventual cenário de decisão. Essa tendência é denominada ilusão monetária (Shafir et al., 1997), a qual resulta em uma visão distorcida dos valores monetários em decisões econômicas devido à ação da inflação, contribuindo para que os indivíduos simplifiquem a avaliação dos prospectos em cenários de decisão de forma a desconsiderar o efeito da inflação sobre os valores nominais, ignorando, portanto, os valores reais. Nesse sentido, Thaler e Tversky (1996) apontam que a disposição de investidores a investir em um fundo com risco de 15% de retorno num ambiente de 10% de inflação foi maior do que em um fundo com risco de 5% de retorno num ambiente sem inflação, demonstrando que a ação da inflação pode contribuir para que os indivíduos considerem, erroneamente, um cenário de ganho nominal, mas de perda real. Tal escolha econômica subótima é decorrente da preferência dos indivíduos por valores nominais absolutos mais elevados ao invés da realização de avaliações com valores relativos e que considerem os parâmetros de forma integrada.

2.2.4 Contabilidade Mental

A contabilidade mental pode ser definida como o processo de organização simplificada de múltiplos eventos de ganho e perda dentro de um único cenário de decisão em que os indivíduos tendem a atribuir, em face do seu grau de aversão ao risco, maior peso aos eventos de perda e menor peso aos eventos de ganho, incorrendo assim na aversão à perda e ao arrependimento. Nesse sentido, Thaler (1985) pontua que a contabilidade mental resulta em uma simplificação das decisões econômicas pelo fato de os agentes possuírem a tendência de julgar cada evento de perda e ganho de forma individual, supervalorizando perdas, ao invés de analisar o cenário de decisão de forma integrada, o que seria preferível. Como resultado desse processo, a contabilidade mental contribui para que os agentes econômicos incorram em perda de utilidade à medida que os eventos de ganho e perda são avaliados como cenários independentes, desconsiderando, assim, os reais prospectos de um cenário de decisão que deveria envolver ganhos e perdas de forma integrada.

3 Metodologia

3.1 Design da pesquisa

O desenho escolhido para a condução metodológica do presente estudo consiste em um quase-experimento. A pesquisa quase-experimental é utilizada para examinar relações entre





variáveis nas quais há a manipulação e o controle de variáveis independentes e o estudo dos resultados dessa manipulação e controle sobre a variável dependente (Cooper & Schindler, 2003). Desse modo, foi elaborado um questionário como instrumento de coleta de dados com a finalidade de realizar um levantamento das características individuais e aspectos comportamentais de profissionais de Contabilidade. O delineamento dessa estratégia se deu de forma a possibilitar um estudo analítico das características dos respondentes e a quantificação das variáveis necessárias para o alcance dos objetivos.

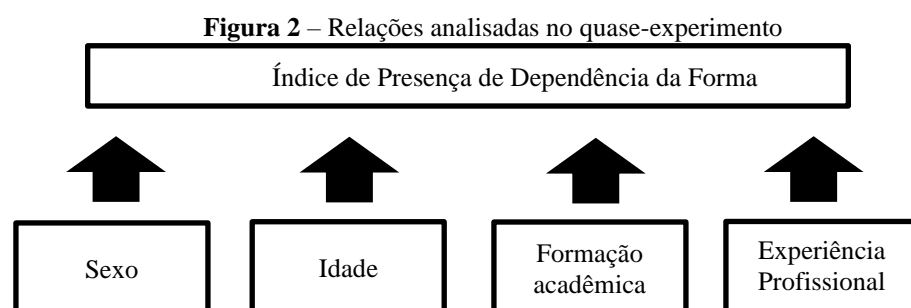
Foram considerados como possíveis respondentes, indivíduos que possuem conhecimento e experiência na área de Contabilidade Financeira, os quais, em tese, possuem a capacidade de realizar julgamentos acerca de eventos econômicos de natureza contábil. Em função dessa delimitação metodológica, o público-alvo representa uma amostra especializada, formada, unicamente, por profissionais atuantes no mercado de trabalho.

Assim, foi construído um protocolo de pesquisa inicial para o qual o questionário foi concebido em duas seções, quais sejam: i) Perfil dos respondentes – na qual a proposta foi de levantar dados referentes ao sexo, idade, formação acadêmica e experiência profissional; e, ii) Aspectos comportamentais inerentes aos julgamentos realizados no processo de elaboração das informações contábeis – em que foram elaborados seis cenários hipotéticos nos quais os elaboradores da informação contábil deveriam tomar decisões a partir de julgamentos baseados nas normas internacionais de Contabilidade.

Posteriormente, o protocolo proposto foi submetido à apreciação de dois acadêmicos com titulação de doutor em ciências contábeis e um contador, todos com ampla experiência em suas respectivas áreas. Este procedimento teve por finalidade verificar a adequabilidade do instrumento de coleta, com vistas a garantir a sensibilidade do questionário na captura dos dados de forma adequada. Após as críticas e considerações dos colaboradores, o questionário foi alterado e, suas inconsistências eliminadas.

O procedimento de coleta de dados foi realizado por meio do envio de um formulário *online* para os respondentes que se enquadravam nas dimensões demandadas pela pesquisa. Desse modo, a coleta de dados foi operacionalizada de forma não-probabilística, uma vez que, todos os dados foram obtidos por conveniência e acessibilidade, não sendo possível estipular uma taxa de resposta. Por fim, o questionário foi aplicado em período específico de tempo (*cross-section*), entre março e julho de 2021, totalizando 189 respostas obtidas.

Após a realização destes procedimentos, o quase-experimento dessa pesquisa consistiu no estudo das relações entre o Índice de Presença da Dependência da Forma (IPDF) e as variáveis sexo, idade, formação acadêmica e experiência profissional. A figura 2 apresenta o fluxo das relações estudadas.



Fonte: Elaborado pelos autores (2021).



Diante disso, foi possível mensurar a variável dependente IPDF e utilizá-la em uma análise de regressão logística multivariada contra o sexo, a idade, a formação acadêmica e a experiência profissional. A partir do emprego da técnica supramencionada, foi realizada uma análise de variância para a identificação das variáveis estatisticamente significantes ($p\text{-valor} \leq 0,05$) e sua posterior análise por meio da razão de chance (*odds ratio*).

As variáveis identificadas pela análise de regressão logística foram analisadas pelas possíveis diferenças entre os grupos por meio dos testes *t* e Mann-Whitney U, a depender da distribuição dos dados, considerando um nível de significância de $p\text{-valor} \leq 0,05$. Este procedimento teve por finalidade constatar se há ou não diferença entre os grupos visando identificar os grupos com maior e menor propensão em incorrer no viés de dependência da forma na preparação de informações contábeis elaboradas sob a premissa da continuidade operacional.

3.2 Estruturação do instrumento de coleta de dados

O instrumento de coleta de dados foi construído com a finalidade de avaliar a presença do viés da dependência da forma no processo de elaboração das informações contábeis por meio de questões que simulam cenários em que os respondentes tiveram de exercer seu julgamento. As questões foram construídas de forma objetiva e com respostas dicotômicas e cada cenário contém uma ou mais simplificações cognitivas que podem vir a ser incorridas pelos respondentes. A seguir, são apresentados os cenários de julgamento e suas respectivas justificativas teóricas, os quais foram elaborados em conformidade com as normas internacionais de Contabilidade.

O primeiro cenário proposto aborda uma possível aversão à perda e ao arrependimento por parte do preparador, em uma situação em que a possibilidade de capitalização dos gastos com desenvolvimento de um ativo intangível reduziria os montantes reconhecidos como despesas no resultado do exercício. Tal situação é encarada como uma aversão à perda e ao arrependimento pois a possibilidade de se reconhecer um ativo intangível após a incorrência em sequenciais prejuízos pode fazer com que o preparador da informação contábil seja propenso ao risco de reconhecimento de um ativo intangível com elevado nível de incerteza de geração de benefícios para a entidade com a finalidade de se evitar perdas futuras por meio da continuidade do reconhecimento de despesas de pesquisa e também de evitar os sentimentos de culpa e responsabilidade no reconhecimento de despesas ao longo de vários períodos.

A segunda questão apresentou uma possível incorrência de ilusão monetária e de contabilidade mental, propondo que o respondente julgasse a respeito de uma provisão. O referido cenário apontou para um decréscimo na ocorrência de defeitos maiores em 2% acompanhada de um acréscimo de 1% na ocorrência de defeitos menores. De forma concomitante, foi apresentado um aumento no custo para a correção desses defeitos, respectivamente em 10% e 5%. Uma simplificação de julgamento por parte do preparador da informação contábil pode levar a decisão de que não seria necessária uma reavaliação a menor do valor da provisão para produtos defeituosos, resultando no reconhecimento de maiores despesas e passivos, levando o respondente a julgar os prospectos do cenário como sendo uma perda, resultando, assim, na elaboração de informações com maior nível de incerteza quanto à avaliação da continuidade operacional.

O terceiro cenário apresenta uma situação em que uma entidade que está realizando um teste de redução ao valor recuperável em duas fábricas localizadas em países diferentes, uma no Brasil e uma em outro país com baixas taxas inflacionárias. Para a fábrica brasileira, houve um aumento dos fluxos de caixa livres em 10% e uma inflação de 5,5%, enquanto na fábrica estrangeira houve um aumento dos fluxos de caixa em 5% e uma inflação de 0,25%. Além disso, foi fornecido



um custo implícito de capital de 4,4% em ambas. Caso o respondente realizasse uma análise pelos valores reais, a conclusão seria de que seria necessário o reconhecimento de um ajuste para perdas por *impairment* para a fábrica brasileira. Por outro lado, uma análise por valores nominais induziria a incorrência de contabilidade mental e de ilusão monetária no sentido de que não seria necessário incorrer em ajustes de perda por *impairment*, resultando, assim, na elaboração de informações com maior grau de incerteza acerca avaliação da continuidade operacional da entidade em questão.

O quarto cenário propõe ao respondente uma possível incorrência de aversão à perda e ao arrependimento no reconhecimento de perda pela remensuração de uma propriedade para investimento a valor justo. O valor inicial registrado para a propriedade foi de R\$ 1.000.000,00. Porém, uma remensuração de seus valores para o valor justo de R\$ 800.000,00, o que representaria o patrimônio da entidade de forma mais fidedigna, ensejaria no reconhecimento de uma perda de R\$ 200.000,00 no resultado do exercício. O não reconhecimento da perda em decorrência da remensuração da propriedade para investimentos a valor justo evidencia a aversão à perda e ao arrependimento, implicando na elaboração de informações com menor grau de utilidade no que tange à avaliação das incertezas relacionadas à continuidade operacional.

O quinto cenário refere-se à diferença entre o lucro contábil de R\$ 1.000.000,00 e o lucro tributável de R\$ 1.100.000,00, o que resulta em um montante de tributos sobre o lucro pago a maior no período corrente, ensejando o reconhecimento de ativos fiscais diferidos no total de R\$ 34.000,00. A partir disso, este valor seria recuperado após um período de dois anos. Para o preparador que realiza um julgamento a partir de valores nominais, tal recuperação pode ser interpretada como um ganho. No entanto, os efeitos da inflação de 10% para o período fazem com que o valor recuperado tenha um valor real menor em comparação com o valor no momento do pagamento, resultando, assim, nas simplificações de ilusão monetária e de contabilidade mental.

O sexto cenário discorre sobre como a aversão à perda e ao arrependimento podem acarretar numa decisão que prejudique o entendimento a respeito do reconhecimento de receitas, as quais podem ser realizadas a partir do momento em que seja provável que a entidade irá receber a contraprestação que tem direito em troca dos bens ou serviços que serão transferidos ao cliente. Desse modo, foi proposto que o contrato de prestação de serviços possui cláusulas de recebimento fixa de R\$ 100.000,00; e R\$ 60.000,00 de desempenho, que será recebido caso o desempenho exigido seja cumprido em um momento específico de tempo. Sendo assim, o reconhecimento da receita pode ser feito a partir do momento em que a possibilidade de recebimento do valor da contraprestação é provável; e a decisão por não reconhecer tal receita pode indicar um excesso de prudência por parte do preparador da informação contábil no sentido de evitar eventuais riscos de não cumprimento da cláusula de desempenho, resultando na elaboração de informações com maior grau de incerteza sobre a continuidade operacional.

3.3 Mensuração do índice de presença da dependência da forma

Após a obtenção dos dados, os cenários de decisão do segundo bloco do questionário de pesquisa foram utilizados para a mensuração do Índice de Presença de Dependência da Forma (IPDF). Para as questões respondidas com a ausência de simplificações mentais foi atribuído o *score* de 0, ao passo que nas questões em que os respondentes optaram pela alternativa que contém simplificações mentais, foi atribuído o *score* de 1. Segundo Lima Filho, Bruni e Sampaio (2012) e Aguiar, Araújo, Carmo, Prazeres e Soeiro (2016), ao se considerar que as respostas são aleatórias o valor médio de expectância de cada cenário corresponde a 0,5. Assim, para a presente pesquisa,



o instrumento de coleta foi estruturado com seis cenários de decisão, o que resulta em um valor médio esperado para o conjunto de questões no total de $\bar{x}=3$, sendo este valor o produto de $6 \times 0,5$.

Desse modo, o *score* (s) final de cada respondente para o segundo bloco do questionário deve variar no intervalo entre $0 \leq s \leq 6$. Com a finalidade de capturar os desvios dos respondentes em relação à média esperada de $\bar{x}=3$, o *score* (s) é subtraído em por sua média (3), resultando em um IPDF no intervalo $-3 \leq \text{IPDF} \leq 3$, em que valores negativos representam uma menor presença de simplificações mentais causadoras da dependência da forma, ao passo que valores positivos caracterizam uma maior ocorrência de simplificações mentais.

Por fim, foram eliminadas as respostas com IPDF iguais a zero por configurarem respostas aleatórias (Lima Filho et al., 2012; Aguiar et al., 2016), sendo consideradas apenas as respostas com valores positivos e negativos. Sendo assim, 189 questionários recebidos, 9 foram eliminados por consistirem em respostas incorretas ou incompletas. Ademais, foram eliminadas 23 respostas por serem oriundas de respondentes que não constituem o público-alvo da pesquisa. Por fim, 40 questionários excluídos por apresentarem IPDF igual à zero, resultando em 117 observações estatísticas. A tabela 1 apresenta os dados referentes à frequência e ao percentual IPDF calculados após a realização dos procedimentos supramencionados.

Tabela 1 – Índice de presença de dependência da forma

Nível	Frequência	%
-3	4	3,42%
-2	31	26,50%
-1	60	51,28%
1	15	12,82%
2	7	5,98%
3	0	0%
Total	117	100%

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Ao analisar a ocorrência em simplificações cognitivas por meio da proposição dos cenários do questionário, é importante considerar que os respondentes deste estudo são qualificados e militam na área de Contabilidade Financeira. Portanto, como esperado, a maioria das respostas apresentou um índice negativo de dependência da forma.

Sendo assim, foi possível observar que 81,20% dos respondentes apresentaram um IPDF negativo, enquanto 18,80% apresentaram um IPDF positivo, indicando que apesar da amostra do estudo ser formada por especialistas, há a incorrência de simplificações cognitivas causadoras da dependência da forma. Esta observação é suportada pela evidência de que 96,52% dos respondentes incorreram em simplificações cognitivas em pelo menos um dos cenários propostos, sugerindo que o viés da dependência é intrínseco ao processo de elaboração das informações contábeis.

3.4 Modelagem econométrica

Com a mensuração do IPDF, foram atribuídos valores dicotômicos para esta variável com a finalidade de utilizá-la como variável explicada em um modelo de regressão logística multivariada, o qual mensura o logaritmo da razão de probabilidade de ocorrência de heurísticas comportamentais pela probabilidade de não ocorrência.

O modelo logístico é dado pela seguinte equação:



$$\gamma_i = \text{Log} \left(\frac{P(x)}{1 - P(x)} \right) = \beta_0 + \beta_i X_i + \varepsilon_i \quad (1)$$

Em que:

γ_i é a variável dependente binária, assumindo valor igual a “um” quando IPDF > 0 e, “zero” quando IPDF < 0;

β_0 representa o intercepto do modelo;

β_i corresponde aos parâmetros do vetor de variáveis independentes X_i ;

ε_i equivale ao termo de erro.

A partir da estimação do modelo, foi possível calcular a razão de chance (*odds ratio*) o qual é obtido por meio da razão entre a probabilidade de ocorrência (P_i) e a probabilidade de não ocorrência ($1 - P_i$) de um mesmo evento. Desse modo, o *odds ratio* foi calculado com a finalidade de mensurar quantas vezes a incorrência em heurísticas comportamentais foi mais do que a não incorrência, para os grupos (variáveis) que se mostraram significativas ($p\text{-valor} \leq 0,05$) na estimação econométrica. Quando o *odds ratio* é superior a 1, é possível inferir que a chance de ocorrência do evento no primeiro grupo é maior.

Quanto à mensuração das variáveis independentes, sexo, idade, formação acadêmica e experiência profissional capturam o grau de propensão ou aversão ao risco em função dos *frames* apresentados em cada cenário de decisão.

O sexo foi mensurado de forma dicotômica, sendo atribuído valor “zero” para o sexo feminino e “um” para o masculino. Espera-se que essa *proxy* capture um maior grau de propensão ao risco por parte do sexo masculino, sendo, portanto, esperada uma relação positiva entre essa *proxy* e o IPDF. Essa relação é esperada em função de uma falsa sensação de controle por parte do sexo masculino, que seria derivada da superestimação da sua capacidade de julgar as probabilidades relacionadas aos prospectos de decisão (Barber & Odean, 2001), resultando na consideração de parâmetros mais arriscados no processo de estimação na elaboração de informações contábeis, incorporando um maior grau de incerteza no que tange à avaliação da continuidade operacional.

A idade e a experiência profissional foram mensuradas em anos de forma contínua. Quanto à formação acadêmica, sua mensuração foi operacionalizada de forma dicotômica, assumindo o valor “zero” para respondentes que possuem o nível de graduação completo ou em curso (estudantes) e o valor de “um” para os respondentes que possuem qualquer nível de educação acadêmica maior que o de graduação. Estas variáveis tem por finalidade capturar aspectos intrínsecos a capacidade cognitiva dos elaboradores da informação quanto a avaliação adequada do nível de risco dos prospectos de cada cenário de decisão em função de seu conhecimento das normas, hábitos e características pessoais (Kahneman & Tversky, 1974; Tversky & Kahneman, 1981), capturando sua capacidade de calibração de julgamento. Portanto, espera-se que estas variáveis se mostrem negativamente relacionadas ao IPDF, reforçando o argumento que esses aspectos estão associados a elaboração de informações com menor grau de incerteza quanto à continuidade operacional das entidades.

Por fim, na estimação da regressão logística foram descartados problemas de multicolinearidade pelo *Variance Inflation Factor* (VIF) e a presença de heterocedasticidade foi corrigida por meio da estimação dos modelos com a utilização de uma matriz robusta.



4 Apresentação e Discussão dos Resultados

4.1 Estatísticas descritivas

Nesta seção são analisadas as estatísticas descritivas das variáveis independentes da pesquisa. O objetivo é o de proporcionar uma maior compreensão sobre o perfil dos respondentes.

Sobre o sexo, é possível observar na Tabela 2 que cerca de 62% dos respondentes são do sexo masculino e aproximadamente 38% são do sexo feminino, indicando uma predominância do sexo masculino.

Tabela 2 – Estatísticas descritivas da variável sexo

Sexo	Frequência	%
Masculino	73	62,40%
Feminino	44	37,60%
Total	117	100,00%

Fonte: dados da pesquisa (2021).

Na sequência, a idade, na Tabela 3, apresenta uma média de 32,35 anos, a qual foi fortemente influenciada pelos valores mínimo de 21 anos e máximo de 58 anos. A mediana obtida foi de 31 anos, a qual, apesar de ser uma medida de tendência mais robusta a valores extremos, para os dados analisados, também pode ser entendida como uma métrica influenciada por valores extremos, apresentando uma certa assimetria para as observações 50% inferiores. Estes resultados são corroborados pela forte dispersão dos dados, tendo em vista um desvio padrão de 8,04 anos e um coeficiente de variação de 24,84%, indicando uma alta variabilidade dos dados.

Tabela 3 – Estatísticas descritivas da variável idade

Variável Idade	Valores
Média	32,35
Mediana	31,00
Desvio Padrão	8,04
Coeficiente de Variação	24,84%
Máximo	58
Mínimo	21

Fonte: dados da pesquisa (2021).

Sobre a formação acadêmica, com base na Tabela 4 foi possível observar que 45,30% dos respondentes possuem algum nível de especialização acadêmica, seja no nível de especialização ou de mestrado, enquanto 47,86% possuem graduação completa, e 6,84% graduação incompleta.

Tabela 4 – Estatísticas descritivas da variável formação acadêmica

Variável Formação Acadêmica	Frequência	%
Graduação Incompleta	8	6,84%
Graduação completa	56	47,86%
Especialização Completa	46	39,32%
Mestrado	7	5,98%
Total	117	100,00%

Fonte: dados da pesquisa (2021).



Com relação à experiência profissional, na Tabela 5, a média observada foi de 9,2 anos de experiência, a qual foi fortemente influenciada por valores extremos, com um mínimo de 1 ano e máximo de 30 anos. A mediana encontrada foi de 8 anos, a qual também foi influenciada por valores extremos, apresentando uma certa assimetria para as observações 50% inferiores, a qual apresenta valores mais homogêneos, ao passo que os 50% superiores apresentam uma maior amplitude. Tais resultados se justificam pela observação de um desvio padrão de 6,28 anos, e um coeficiente de variação de 68,24%. Estes resultados confirmam a grande heterogeneidade do tempo de experiência profissional dos respondentes da pesquisa.

Tabela 5 – Estatísticas descritivas da variável experiência profissional

Variável Experiência Profissional	Valores
Média	9,20
Mediana	8,00
Desvio Padrão	6,28
Coeficiente de Variação	68,24%
Máximo	30
Mínimo	1

Fonte: dados da pesquisa (2021).

Quanto aos cargos ocupados pelos respondentes na data da aplicação do questionário, as maiores frequências observadas foram de Analista contábil (31,62%), Auditor (15,38%), e Contador (13,68%) e Auxiliares (5,13%). Ademais, os 34,19% restantes são compostos por outros cargos relacionados à profissão contábil como Consultores, Gerentes, Supervisores, Coordenadores, *Controllers*, dentre outros, os quais, isoladamente, não constituem percentual maior que 5%.

Por fim, no que tange à distribuição geográfica, foi possível constatar uma predominância das regiões Nordeste e Sudeste, com proporções de 69,23% e 27,35%, respectivamente. As regiões Norte e Sul contribuíram com 1,71% e 1,71% cada uma.

4.2 Análise de regressão e resultados do quase-experimento

Nessa seção são apresentados e discutidos os resultados do modelo da estimação do modelo de regressão logística e dos testes de hipótese de diferença entre os grupos. A tabela 6 apresenta os resultados da estimação.

Tabela 6 – Resultados das estimações da regressão logística

Variável	Odds Ratio	Coeficiente	Erro-padrão	Estatística Z	p-valor
Intercepto	4,8237	1,5735	1,6272	0,97	0,334
Sexo	1,8431	0,6114	0,6109	1,00	0,317
Idade	0,8803	-0,1273	0,0656	-1,94	0,052
Formação Acadêmica	0,3345	-1,0955	0,5832	-1,88	0,060
Experiência Profissional	1,1040	0,0990	0,0775	1,28	0,202
Wald χ^2				9,02	
Prob > χ^2				0,0605	
Pseudo R^2				0,1025	
Número de observações				117	

Fonte: dados da pesquisa (2021).



O Pseudo R^2 (coeficiente de determinação), de 10,25% do modelo binário, não deve ser entendido como um bom ajustamento. Mas, indica que as variáveis idade e formação acadêmica têm uma certa influência na previsibilidade da dependência da forma no processo de julgamento dos elaboradores. Já no que diz respeito ao sexo e a experiência profissional, não foi constatada significância estatística.

A variável idade se mostrou negativamente relacionada com o IPDF e significativa em 10%, sugerindo que os elaboradores da informação contábil com idade mais avançada têm uma menor propensão a incorrer em simplificações cognitivas causadoras do viés da dependência da forma. Assim sendo, uma variação positiva de 10% na *proxy* idade resultaria em uma redução de 1,273% na incorrência do viés supramencionado.

Em tese, esse resultado corrobora a predição teórica esperada de que indivíduos com a idade mais avançada possuem uma maior capacidade de calibração de julgamento para a representação de eventos econômicos. Esta constatação permite inferir que em função do conhecimento das normas, hábitos e características pessoais (Kahneman & Tversky, 1974; Tversky & Kahneman, 1981) dos elaboradores com idade mais avançada – maior experiência e conhecimento prático e teórico - tendem a resultar na incorporação de parâmetros com menor grau de risco nas estimações contábeis, em função de uma menor incorrência nas simplificações cognitivas causadoras da dependência da forma. Como consequência, é plausível conceber o fornecimento de informações que materializam um maior potencial de melhor representar a continuidade operacional diante de aspectos atuais e futuros de incerteza (Yu, 1971), sobretudo, informações conservadoras, dada a consideração de estimativas contábeis menos arriscadas derivadas de um processo de julgamento com maior grau de calibragem.

Diante desse resultado, é possível inferir que o julgamento dos elaboradores estaria menos exposto a simplificações cognitivas causadoras do viés da dependência da forma, subentendendo, portanto, que as características intrínsecas a idade dos elaboradores confere uma maior confiabilidade a qualidade do seu julgamento (Clor-Proell & Maines, 2014). Essa afirmação é sustentada pela verificação de uma razão de chance (*odds ratio*) de 0,8803 menos chances de incorrência em simplificações cognitivas, o que implica na prestação de informações menos arriscadas e uma consequente melhor avaliação atual e futura da continuidade operacional das entidades Bonner (1999).

Por conseguinte, foi operacionalizado o quase-experimento para a variável idade com a finalidade de verificar se há diferenças no nível de dependência da forma entre os grupos com maior e menor idade. Inicialmente, o teste de Shapiro-Wilk rejeitou a hipótese nula de distribuição gaussiana para esta variável. Diante desta constatação, verificou-se a necessidade de uma análise não-paramétrica por meio do teste de Mann-Whitney U.

Desse modo, foi observada uma estatística z na ordem de 2,268 e um p -valor de 0,0233, permitindo rejeitar a hipótese nula do referido teste, indicando que há diferença significativa entre os grupos de maior e menor idade. Este resultado, em conjunto com os da estimação logística, possibilita confirmar que os elaboradores da informação com maior idade reúnem um maior conhecimento das normas, e hábitos e características pessoais (Kahneman & Tversky, 1974; Tversky & Kahneman, 1981) que lhes conferem uma melhor qualidade de julgamento quanto à calibragem dos parâmetros de risco incorporados às informações contábeis, permitindo inferir que uma menor exposição a simplificações cognitivas causadoras da dependência da forma resulta em um maior potencial do elaborador em representar a continuidade operacional com maior grau de previsibilidade.



A formação acadêmica se mostrou negativa e significativa em 10%, sugerindo que uma maior educação acadêmica está associada a uma menor propensão de incorrência na dependência da forma. Desse modo, uma variação de 10% nesta variável, resultaria em uma redução de 10,95% em simplificações cognitivas causadoras da dependência da forma.

Esta observação confirma que indivíduos com um maior nível de educação acadêmica possuem uma maior capacidade de calibração de julgamento para representação de eventos econômicos. Em tese, indivíduos com maior formação acadêmica reúnem atributos particulares de conhecimento das normas, hábitos e características pessoais (Kahneman & Tversky, 1974; Tversky & Kahneman, 1981) – carga de conhecimento teórico-abstrato – que lhes conferem uma maior percepção de parâmetros relevantes para a avaliação das probabilidades associadas aos prospectos analisados, permitindo inferir que estes indivíduos têm 0,3345 vezes menos chances (*odds ratio*) de incorrer na dependência da forma. Por consequência, elaboradores da informação com maior nível de formação acadêmica tendem a incorrer em menor nível de simplificações cognitivas. Da mesma forma como foi observado para a *proxy* idade, haveria a incorporação de parâmetros com menor grau de risco nas estimações contábeis, resultando no fornecimento de informações mais conservadoras, contribuindo para uma maior utilidade da informação contábil no que diz respeito à avaliação, mensuração, análise e comparação dos possíveis cenários e suas previsões (Carruthers & Espeland, 1991) acerca da continuidade operacional.

Por conseguinte, a variável em questão foi manipulada para verificar se há diferença nos níveis de dependência da forma entre os grupos de maior e menor formação acadêmica. Para tanto, procedeu-se ao teste de Shapiro-Wilk, o qual indicou uma distribuição normal para o conjunto de dados. Diante disso, foi operacionalizado o teste de Levene para igualdade de variâncias, no qual não foi possível rejeitar sua hipótese nula a um nível de significância de 5%, o que, por consequência, permitiu a realização do teste *t* de *student* para duas amostras.

Como resultado, foi possível observar uma estatística *t* na ordem de 2,3978, com *p-valor* de 0,0181, o que permite inferir que há diferença entre os grupos com maior ou menor formação acadêmica. Isso significa que elaboradores com maior nível de educação acadêmica incorrem em um menor nível de dependência da forma no processo de elaboração da informação contábil. Este resultado, em conjunto com a estimação logística corrobora a ideia de que, apesar de os elaboradores estarem suscetíveis a incorrer no viés da dependência da forma, uma maior formação acadêmica contribui para uma menor propensão de incidência em simplificações cognitivas causadoras do viés supramencionado.

5 Conclusão

A presente pesquisa analisou a influência do viés da dependência da forma sobre o julgamento dos preparadores da informação contábil sob a perspectiva da continuidade operacional. Para tanto, partiu-se da premissa que o julgamento do preparador das informações contábeis poderia ser influenciado por simplificações cognitivas que resultariam no viés da dependência da forma e que, por consequência, resultaria em um maior grau de incerteza no que tange a utilidade da informação contábil e sua capacidade de contribuir para a avaliação atual e futura da continuidade operacional.

O quase-experimento realizado possibilitou identificar que a idade e formação acadêmica se mostraram negativamente relacionadas ao viés da dependência da forma, indicando que elaboradores com a conjunção de conhecimentos sobre a norma, hábitos e características pessoais inerentes a idade e a educação acadêmica, tenderiam a possuir uma maior capacidade de calibração



de probabilidades dos prospectos relacionados às estimações contábeis.

Esses resultados contribuem para uma maior compreensão do nível de propensão ao risco dos elaboradores da informação contábil, lançando luz sobre a elaboração de informações mais conservadoras, as quais incorporam parâmetros de incerteza mais adequados para a representação de eventos econômicos presentes e futuros, proporcionando aos usuários uma informação mais acurada, com um maior grau de utilidade da informação produzida para a avaliação da continuidade operacional. Esses resultados são suportados pela verificação da diferença entre os grupos para as duas variáveis em questão, permitindo inferir que há uma menor propensão de incorrência no viés da dependência da forma por parte de elaboradores com maior idade e formação acadêmica.

Essas contribuições seriam úteis para órgãos normatizadores na elaboração e revisão de normas, e para a comunidade acadêmica ao fomentar debates que considerem características pessoais e experiências prévias dos elaboradores da informação contábil, a exemplo de uma maior experiência e conhecimento prático e teórico que, em tese, estariam associados a uma maior capacidade de calibração dos julgamentos que resultaria na incorporação de parâmetros de risco mais adequados para a representação dos eventos econômicos.

Como limitações da pesquisa pode-se citar a consideração de que o erro de julgamento nas questões pode estar associado pela falta de conhecimento teórico e/ou empírico dos assuntos abordados. No entanto, essa limitação não inviabiliza os achados da presente pesquisa, dado que os respondentes compõem um público-alvo especializado, o que sugere um certo grau de conhecimento acerca das matérias abordadas. Ademais, visando conferir uma maior validade ao resultado da pesquisa, foi solicitado, na aplicação do instrumento de coleta que prosseguissem com sua resolução, apenas em caso de se sentirem confortáveis com seu conteúdo.

Por fim, como sugestão para pesquisas futuras, recomenda-se a prospecção e análise de relações dos aspectos intrínsecos às características pessoais e experiências prévias que sejam determinantes de uma melhor capacidade de calibração de probabilidades dos prospectos relacionados às estimações contábeis. Como orientação, se sugere compreender como estes aspectos determinariam julgamentos mais eficazes no sentido de incorporar o nível adequado de incertezas nas estimações contábeis.

REFERÊNCIAS

- Aguiar, E. da S., Araújo, L. M. G., Carmo, T. S. do, Prazeres, R. V., & Soeiro, T. de M. (2016). A Influência de Sexo, Idade, Formação e Experiência nas Decisões de Investimentos: Uma Análise do Efeito Confiança. *Revista Evidenciação Contábil & Finanças*, 4(3), 44-55.
- Barber, B. M., & Odean, T. (2001). Boys will be boys: Gender, overconfidence, and common stock investment. *The quarterly journal of economics*, 116(1), 261-292.
- Bonner, S. E. (1999). Judgment and decision-making research in accounting. *Accounting Horizons*, 13(4), 385.
- Campos, G. M. (2011). Raízes epistemológicas da continuidade em contabilidade. *Enfoque: Reflexão Contábil*, 30(3), 20-32.
- Carruthers, B. G., & Espeland, W. N. (1991). Accounting for rationality: Double-entry bookkeeping and the rhetoric of economic rationality. *American journal of sociology*, 97(1), 31-69.



- Clor-Proell, S. M., & Maines, L. A. (2014). The impact of recognition versus disclosure on financial information: A preparer's perspective. *Journal of Accounting Research*, 52(3), 671-701.
- Cooper, D. R., & Schindler, P. S. (2016). *Métodos de Pesquisa em Administração-12ª edição*. McGraw Hill Brasil.
- Souza, P. V. S., Niyama, J. K., & Silva, C. A. T. (2020). Ensaio teórico sobre os vieses cognitivos nos julgamentos dos preparadores das demonstrações contábeis. *Revista Catarinense da Ciência Contábil*, 19.
- Lima Filho, R., Bruni, A. L., & Sampaio, M. (2012). A Influência do Gênero, Idade e Formação na Presença de Heurísticas EM Decisões de Orçamento: Um Estudo Quase-experimental. *Revista Universo Contábil*, 8(2), 103-117.
- Macedo Junior, J. S. (2003). Teoria do prospecto: uma investigação utilizando simulação de investimentos.
- Milanez, D. Y. (2003). *Finanças comportamentais no Brasil* (Doctoral dissertation, Universidade de São Paulo).
- Shafir, E., Diamond, P., & Tversky, A. (1997). Money illusion. *The Quarterly Journal of Economics*, 112(2), 341-374.
- Simon, H. (1957). A behavioral model of rational choice. *Models of man, social and rational: Mathematical essays on rational human behavior in a social setting*, 241-260.
- Sterling, R. R. (1968). The going concern: An examination. *The Accounting Review*, 43(3), 481-502.
- Thaler, R. (1985). Mental accounting and consumer choice. *Marketing science*, 4(3), 199-214.
- Thaler, R. H. (1999). Mental accounting matters. *Journal of Behavioral decision making*, 12(3), 183-206.
- Thaler, R. H. (2016). Behavioral economics: Past, present, and future. *American Economic Review*, 106(7), 1577-1600.
- Tversky, A., & Kahneman, D. (1974). Judgment under uncertainty: Heuristics and biases. *science*, 185(4157), 1124-1131.
- Tversky, A., & Kahneman, D. (1981). The framing of decisions and the psychology of choice. *science*, 211(4481), 453-458.
- Yoshinaga, C. E., de Oliveira, R. F., da Silveira, A. D. M., & Barros, L. A. B. D. C. (2008). Finanças comportamentais: uma introdução. *REGE Revista de Gestão*, 15(3), 25-35.
- Yu, S. C. (1971). A reexamination of the going concern postulate. *The International Journal of Accounting*, 6(2), 37-58.